

Dissertação-modelo Planejamento familiar

Um clássico da literatura vem à tona quando se discorre sobre planejamento familiar: Cem anos de solidão, do colombiano Gabriel Garcia Marques, em cuja obra o personagem Aureliano Buendía tem dezessete filhos, criados na imaginária Macondo. À parte a boa literatura, o tema é intrincado, uma vez que muitas famílias ainda resistem ao referido planejamento. Entretanto, com ele, há expectativa de redução não só das desigualdades sociais, mas também do número de abortos voluntários. Assim, a despeito da distribuição gratuita de contraceptivos no país, quando o tema envolve comportamento, a Educação é medida que se impõe para a cultura do planejamento familiar.

Nesse sentido, anota-se que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, com aproximadamente 55 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. Sem dúvida, o planejamento familiar em muito pode contribuir para a transformação desse cenário – até porque o orçamento, do qual depende o sustento da família, deve ser compatível com o número de filhos. Com efeito, diferente da Macondo imaginária, em que a mesa da família era suprida ao sabor da fantasia, a criação dos filhos requer mais do que alimentação – é preciso pensar também em educação, saúde, moradia, lazer e segurança, elementos imprescindíveis para viver saudável e dignamente.

Ademais, com o planejamento familiar, seriam evitados abortos voluntários – só em 2015, foram mais de 400 mil, segundo a Pesquisa Nacional de Abortos (PNA). É, pois, inegável que a concepção demanda responsabilidade. O contrário disso são crianças suscetíveis ao abandono, ao analfabetismo, ao trabalho escravo e, por vezes, à delinquência, que compromete a segurança pública. Outrossim, o planejamento ora discutido é respaldado pela Constituição Federal, e compete ao Estado prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito – daí advém uma das ações afirmativas, qual seja, a distribuição gratuita de contraceptivos.

Portanto, para que o planejamento familiar seja levado a efeito, é preciso intervir. Logo, cabe ao Ministério da Cidadania, da Mulher e dos Direitos Humanos fomentar campanhas de conscientização, a fim de levar à sociedade informações sobre sexualidade e métodos contraceptivos, considerando-se o modelo das ciências sociais aplicadas à Saúde. Isso deve ser implementado por meio do MEC, com a determinação de disciplinas que focalizem a Educação Sexual, na grade curricular obrigatória da educação básica, com vista a difundir à comunidade escolar os riscos de relacionamentos e gravidezes precoces. Com a mobilização das diversas esferas da sociedade, espera-se um desenvolvimento familiar equilibrado, condição para que as desigualdades sociais sejam mitigadas.

Por Gislaine Buosi

Análise da estrutura dissertativa:

Apresentação do tema, com repertório literário próprio

Antecipação do primeiro argumento;

Antecipação do segundo argumento;

Tese;

Desenvolvimento do primeiro argumento;

Desenvolvimento do segundo argumento;

Proposta de intervenção social.